

ANTÓNIO BARBOSA ABRANCHES DE SOVERAL

Legislaturas: VII, VIII, IX.



Data de nascimento

- 1913-08-22.

Localidade

- Cabanas / Carregal do Sal / Viseu.

Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra.

Profissão

- Advogado.

Carreira político-administrativa

- Presidente da Junta Distrital de Viseu;
- Membro do Conselho Municipal de Viseu;
- Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Viseu.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Círculo	Comissões
VII	Viseu	Obras Públicas e Comunicações.
VIII	Viseu	Obras Públicas e Comunicações.
IX	Viseu	Ultramar.

Intervenções parlamentares

VII Legislatura (1957-1961)

1.ª Sessão Legislativa (1957-1958)

- Discute na generalidade a proposta de lei sobre a reforma dos tribunais do trabalho.
- Requer informações sobre as tributações das companhias hidroeléctricas.
- Requer informações sobre transgressões ao Código da Estrada.
- Agradece ao Governo a publicação do Decreto-Lei n.º 41.380, que criou em Viseu novos organismos de fomento pecuário.
- Chama a atenção do Governo para alguns aspectos do problema das aposentações dos funcionários.
- Requer elementos sobre a actividade da Direcção de Viação de Coimbra no que respeita a exames de candidatos a condutores e a inspecção de veículos.
- Discute na generalidade a proposta de lei relativa ao II Plano de Fomento.

2.ª Sessão Legislativa (1958-1959)

- Discute na generalidade a proposta de lei sobre a nacionalidade portuguesa.
- Discute na generalidade a proposta e os projectos de lei de alteração à Constituição Política.
- Discute o artigo 13.º da proposta de lei de alteração da Constituição Política.
- Discute os projectos de lei do Sr. Carlos Lima e do Sr. Carlos Moreira de alteração à Constituição Política.

3.ª Sessão Legislativa (1959-1960)

- Não regista intervenções.

4.ª Sessão Legislativa (1960-1961)

- Não regista intervenções.

VIII Legislatura (1961-1965)

1.ª Sessão Legislativa (1961-1962)

- Discute a proposta de lei sobre o emparcelamento da propriedade rústica.
- Chama a atenção do Governo para o aumento dos acidentes de viação.
- Discute a proposta de lei sobre arrendamento da propriedade rústica.
- Ocupa-se de problemas de navegação aérea de interesse para o País.
- Requer ao Ministério das Corporações informações acerca do contrato colectivo de trabalho celebrado entre o Grémio dos Importadores, Agentes e Vendedores de Automóveis e Acessórios do Norte e vários sindicatos de empregados de escritório.

2.ª Sessão Legislativa (1962-1963)

- Intervém no debate sobre o aviso prévio do Sr. Nunes Barata relativo à bacia hidrográfica do Mondego.
- Requer que fique consignado na acta que a moção do Sr. Nunes Barata sobre o aviso prévio relativo à bacia do Mondego foi aprovada por unanimidade.
- Discute o aviso prévio do Sr. Paulo Cancela de Abreu sobre acidentes de viação.
- Manifesta-se contra a forma de aplicação do Código do Imposto Profissional.

3.ª Sessão Legislativa (1963-1964)

- Participa no debate do aviso prévio sobre educação nacional.
- Toma parte no debate do aviso prévio sobre a crise agrícola nacional e as medidas tomadas para a enfrentar. Participa no debate do aviso prévio sobre o turismo nacional.

4.ª Sessão Legislativa (1964-1965)

- Discute na generalidade e na especialidade a proposta de lei sobre a propriedade da farmácia e subscreve, com outros Deputados, propostas de alteração a algumas bases da mesma proposta de lei.
- Subscreve, com outros Deputados, uma proposta de aditamento à proposta de lei sobre o regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais e discute na especialidade a mesma base.

IX Legislatura (1965-1969)

1.ª Sessão Legislativa (1965-1966)

- Não regista intervenções.

2.ª Sessão Legislativa (1966-1967)

- Faz considerações sobre o novo Código Civil.
- Requer elementos sobre comércio bancário.

3.ª Sessão Legislativa (1967-1968)

- Subscreve, com o Sr. Borges de Araújo, um projecto de lei para alteração da Lei n.º 2114, de 15 de Junho de 1962.

4.ª Sessão Legislativa (1968-1969)

- Refere-se ao despacho do Sr. Ministro das Comunicações pelo qual é feita à TAP a concessão das carreiras aéreas internas.